

Paulo Ribeiro Claro  
Departamento de Química / CICECO, Universidade de Aveiro, P-3810-193 AVEIRO  
Tel.: 234 370 732 FAX: 234 370 084 e-mail: prc@ua.pt

## **“A Ciência em Portugal” – Algumas notas breves**

O documento apresenta reflexões sobre quatro temas relevantes para “A Ciência em Portugal”. A abordagem da questão parece-me apropriada e os temas escolhidos pertinentes, mas seria importante que o documento final pudesse transmitir uma visão integrada que este documento, naturalmente, ainda não tem.

A minha experiência pessoal não me permite dar um contributo relevante para os temas 2 e 4 (Emprego Científico e Investigação nos Institutos Politécnicos), pelo que me limitarei aos temas 1 e 3. *Em relação a estes temas, centrarei o meu contributo apenas nas propostas que me causam preocupação (discordo fortemente) ou me merecem um apoio muito explícito (concordo fortemente).*

### **1. Financiamento da Ciência**

- O relatório aponta no sentido de privilegiar o financiamento por projectos em detrimento do financiamento por instituição, argumentando que os primeiros são avaliáveis mas os segundos não são.

Não concordo com esta visão extrema: não só as instituições também podem ser avaliadas, como a existência de um financiamento base é fundamental para a manutenção de equipamento e infra-estruturas comuns e permite a definição de objectivos estratégicos que não se confinam ao âmbito e (curta) duração dos projectos. O exemplo do que sucede com a evolução dos projectos europeus (burocratização crescente, mega-consórcios profissionais em projectos e não em investigação, total bloqueio a equipas jovens independentes, etc) deve ser tido em conta.

*(Naturalmente, isto não significa que não concorde com um sistema de financiamento competitivo, apenas discordo do modelo exclusivamente baseado em projectos).*

Ainda relativamente a este tópico, acresce a total imprevisibilidade da abertura de concursos que tem caracterizado a política científica nacional e que torna virtualmente impossível qualquer planeamento de actividades.

- Em relação à definição das tipologias dos projectos, esta parece-me bastante útil. Uma vez mais, é necessário equilíbrio e evitar, por exemplo, uma deriva para o predomínio do “conhecimento aplicado” quando a base da pirâmide é o “conhecimento puro”.

Ainda neste âmbito, parece-me que a diversidade de tipologias seria um estímulo à criatividade: projectos não apenas de “conhecimento puro/aplicado”, mas também de “grande dimensão/pequena dimensão”, para “grandes equipas/iniciativas individuais”, para “investigadores estabelecidos/jovens”,

etc... Uma vez mais, a tendência para apoiar exclusivamente os mega-projectos com grandes equipas de investigadores estabelecidos – e que visam frequentemente garantir o financiamento das instituições e não da investigação – é uma tendência a evitar.

- Em relação à proposta de mudanças administrativas apresentada nas páginas 15 e 16 (ponto 1.6), estas merecem o meu acordo global, mas com uma ressalva importante no que respeita à avaliação dos projectos e que está omissa nesta proposta: é absolutamente inaceitável que os projectos continuem a ser avaliados apenas na fase de proposta, antes da sua execução. Todos os projectos devem ser também avaliados pelos resultados produzidos e pela relação destes com os objectivos propostos. Tanto esta avaliação final como registo histórico dos seus proponentes devem fazer parte da avaliação dos projectos seguintes.

### **3.Avaliação em Ciência**

- Em relação aos projectos ver parágrafo anterior.

- Em relação às Bolsas, concordo genericamente com as propostas apresentadas na página 38, mas saliento em particular a diversificação na atribuição de bolsas.

ia FCT deveria considerar a atribuição de bolsas a instituições ou a orientadores, que teriam a responsabilidade de seleccionar os candidatos. Tal como no caso dos projectos, não creio que a solução seja “apenas um tipo de bolsa”. A existência de várias tipologias de bolsas – FCT, instituições, orientadores, ... - permitiria um melhor aproveitamento dos recursos existentes (com o bónus de diminuir a carga administrativa da FCT).

Esta opção também iria minorar o designado “efeito mais perverso dos critérios de selecção actualmente utilizados” (utilização das classificações de licenciatura sem ponderação por instituição): mesmo que a FCT mantivesse este critério nas suas bolsas, os critérios a nível local seriam certamente outros (o risco de os critérios locais serem desvirtuados pode ser minimizado por selecção criteriosa das instituições).

Paulo Ribeiro Claro  
Departamento de Química  
Universidade de Aveiro

Aveiro, 28 de Setembro de 2010.